

Relatório de Atividades Fiscalização do Cumprimento do Plano

Recuperação Judicial nº 5011045-60.2019.8.21.0010
6ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul/RS

Incofab Indústria Metalúrgica LTDA.
(atual denominação da Incorpol Indústria e Comércio de Poltronas Ltda.)

Março de 2023

BRIZOLA E JAPUR
Administração Judicial



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ÍNDICE

1. Considerações Preliminares.....	3
2. Cronograma Processual.....	4
3. Informações Gerais.....	5
4. Fiscalização das Atividades.....	6
4.1. Visita na Recuperanda.....	7
4.2. Registros Fotográficos.....	8
5. Cumprimento do Plano de Recuperação.....	9
5.1. Quadro-Geral de Credores.....	10
5.2. Condições de Pagamento do Plano.....	11
5.3. Fiscalização do Cumprimento do Plano.....	13
6. Outras Informações.....	14
6.1. Quadro Funcional e resultado.....	15
5. Anexos.....	17

1. Considerações Preliminares

Em primeiro lugar, cumpre referir as premissas que embasaram este Relatório, bem como destacar alguns pontos que esta Equipe julga pertinentes para uma melhor compreensão do trabalho desenvolvido.

Para esta Equipe chegar às conclusões apresentadas no presente relatório foram tomadas como boas e válidas as informações: (i) contidas nas demonstrações contábeis da **Incofab Indústria Metalúrgica LTDA**; e (ii) expostas nas discussões conduzidas com membros integrantes da Administração da Recuperanda sobre os negócios e as operações da referida sociedade empresária.

No que diz respeito à **apresentação de contas demonstrativas mensais** (art. 52., IV da Lei nº 11.101/2005), esta Administração Judicial acordou com os representantes da Devedora que as informações contábeis e gerenciais devem ser fornecidas até o dia **20 de cada mês subsequente** àquele sobre o qual os relatórios de atividades se referem.

Sobre o tema, urge salientar que a obrigação disposta no parágrafo anterior não vem sendo cumprida pela Recuperanda, mesmo após inúmeras tentativas de contato com os responsáveis da Devedora. O último documento disponibilizado refere-se ao mês de setembro de 2022.

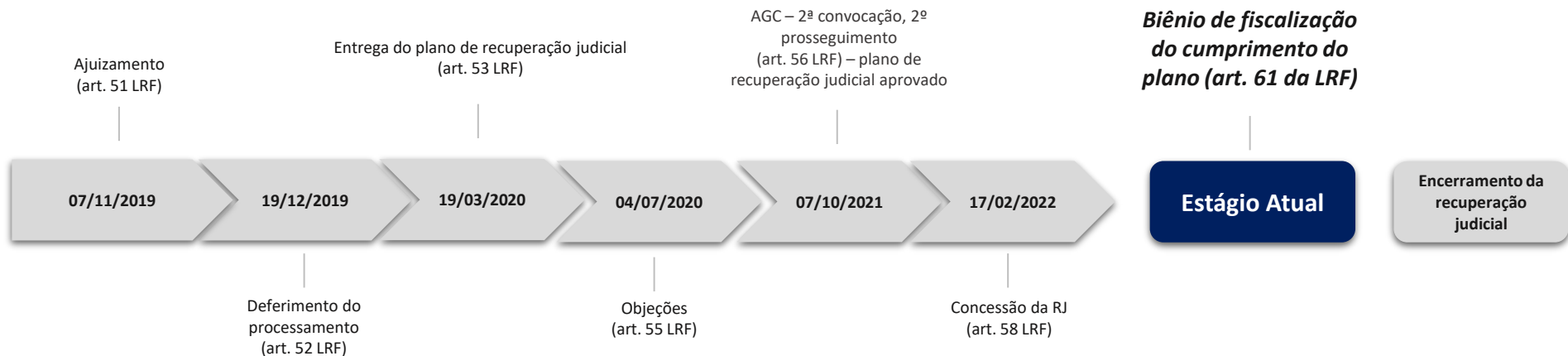
Exceto quando expressamente mencionado, os valores indicados neste relatório **estão expressos em milhares de reais**.

O **Plano de Recuperação** vigente e os **Relatórios de Atividades** elaborados por esta Equipe podem ser consultados no *site* da Administração Judicial, conforme endereço:

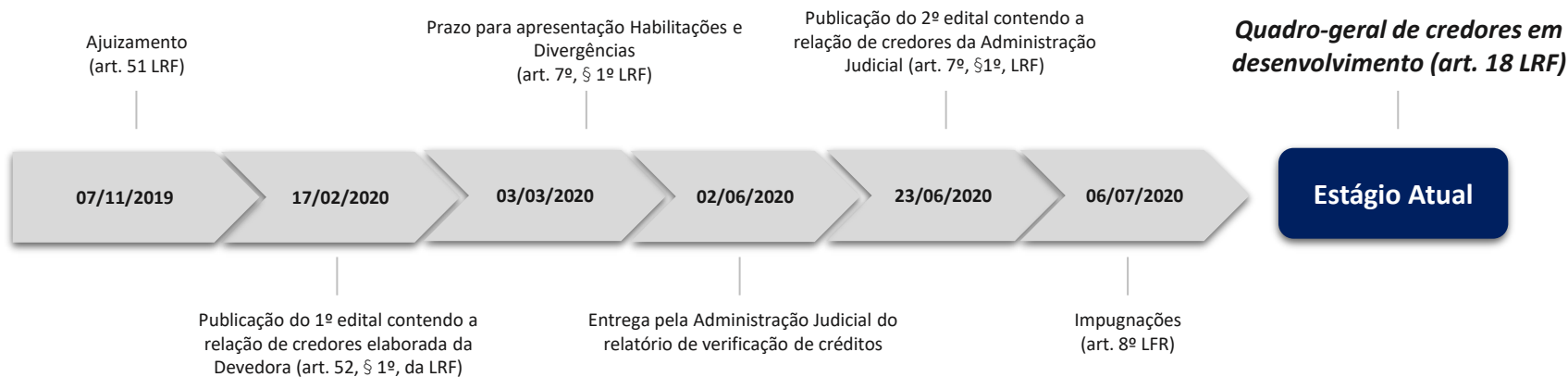
<https://brizolaejapur.com.br/casos/recuperacoes/incorpol-industria-e-comercio-de-poltronas-ltda>

2. Cronograma Processual

2.1 Processo de Recuperação Judicial:



2.2 Verificação de Créditos:



3. Informações Gerais

**INCOFAB INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA.
(ATUAL DENOMINAÇÃO DA INCORPOL INDÚSTRIA E
COMÉRCIO DE POLTRONAS LTDA.)**

CNPJ: 94.338.753/0001 - 55

-
- Objeto: fabricação de bancos e estofados para veículos automotores.
 - Sócio administrador: Elvio Ramiro Fiorio dos Santos.
 - Rua José Olívio Kuquerth, nº 358 – Bairro Ana Rech – Caxias do Sul/RS.
 - Sociedade empresária de responsabilidade limitada.
 - Capital Social: R\$ 750.000,000
 - Sócios: Delmor Francisco Pezzi (50%) e Elvio Ramiro Fiorio dos Santos (50%).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4. Fiscalização das Atividades

4.1. Visita na Recuperanda

4.2. Registros Fotográficos

4.1. Fiscalização das Atividades - Visita na Recuperanda

No dia **28 de fevereiro de 2023**, esta Equipe Técnica realizou visita *in loco* nas instalações da Devedora com o objetivo de fiscalizar o andamento das atividades empresariais. Esta Equipe foi recebida pelo Sr. Elvis e pela Sra. Elaine.

Primeiramente, foi informado que a situação da empresa é mediana quando comparada com os anos anteriores devido principalmente às instabilidades políticas e residuais consequências da pandemia de COVID-19.

A principal dificuldade apontada pela Devedora é o capital de giro. Por conta da recuperação judicial, o Sr. Elvis aduziu que os fornecedores reduziram o prazo de pagamento de 30/45/60 dias para, no máximo, 14, sendo que a grande maioria dos fornecedores é paga à vista.

Ato contínuo, a Devedora possui 16 funcionários ativos que trabalham de segunda à quinta. A diminuição de um dia de trabalho foi acordada com o Sindicato e resultou na redução dos custos e despesas fixos – tais como vale transporte, alimentação e energia elétrica.

O Sr. Elvis relatou ainda que foi observado o aumento da produtividade dos funcionários com a nova carga horária.

Com relação às despesas trabalhistas, o Representante alegou que a folha está sendo paga e complementou, afirmando que o 13º salário foi integralmente quitado. No que se refere ao FGTS, INSS e o restante dos tributos, não estão ocorrendo os pagamentos.

Quanto à alienação do imóvel de matrícula nº 15.777 para a empresa CONTPLAST INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA., na monta total de R\$ 2.254.884,66, houve o adimplemento de apenas R\$ 112.000,00.

O saldo remanescente – R\$ 2.142.884,66 – deveria ter sido depositado até 13/02/2023, dado que o plano de recuperação previu que a venda do imóvel ocorresse em até doze meses da homologação (17/02/2022). Além disso, os pagamentos às classes I e II estão vinculados à operação em voga.

No que se refere aos pagamentos aos credores à luz do PRJ homologado, não foram disponibilizados quaisquer comprovantes. Dessa forma, a Empresa está descumprindo com o plano.

4.2. Fiscalização das Atividades – Registros Fotográficos

Segue abaixo os registros fotográficos realizados durante a visita *in loco* à Recuperanda.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

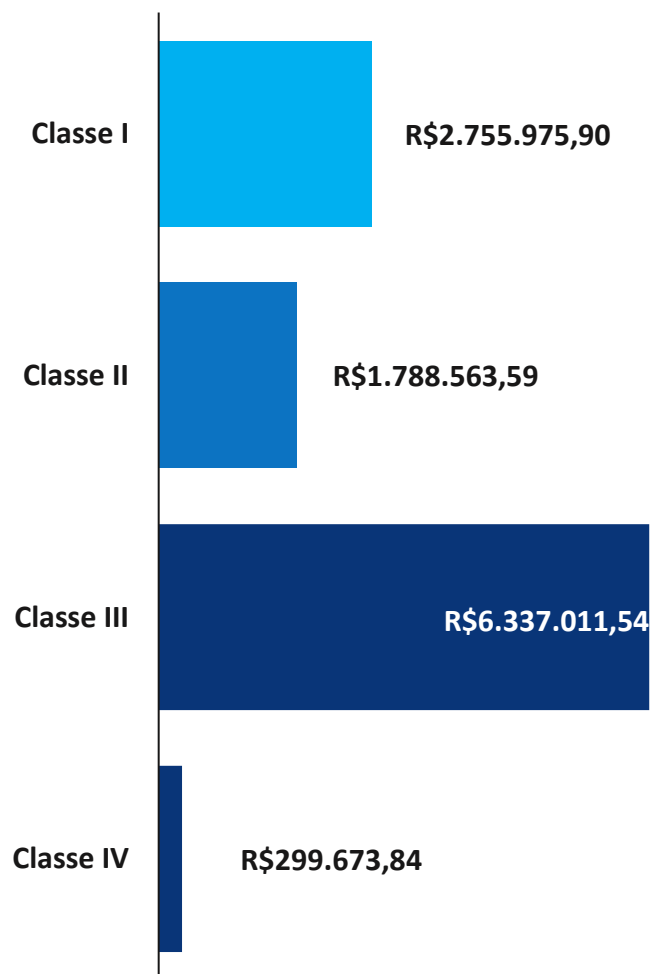
5. Cumprimento do PRJ

5.1. Quadro-Geral de Credores

5.2. Condições de Pagamento do Plano

5.3. Fiscalização do Cumprimento do Plano

5.1. Quadro-Geral de Credores



O quadro-geral não consolidado de credores sujeitos à Recuperação Judicial da da Incofab Indústria Metalúrgica LTDA. perfaz a monta atualizada de **R\$ 11.181.224,87**. A lista de credores da Recuperanda é composta por:

Classe I – Trabalhistas (70 credores);

Classe II – Garantia Real (1 credor);

Classe III – Quirografários (18 credores);

Classe IV – ME/EPP (3 credores).

5.2. Condições de Pagamento do Plano

Apresenta-se um quadro-resumo referente às condições de pagamento aos credores previstas no plano de recuperação aprovado em Assembleia-Geral de Credores realizada no dia **07/10/2021**. A decisão de homologação do plano aprovado ocorreu em **17/02/2022**.

CLASSES	SUB-CLASSE	DESÁGIO	CARÊNCIA	PAGAMENTO	ENCARGOS
Trabalhistas	Não há.	Não há.	Não há.	Em até 12 meses após a data da decisão de concessão da Recuperação Judicial.	Não há.
Garantia Real	Não há.	Não há.	12 meses a partir da data de aprovação do plano de recuperação.	120 parcelas mensais e consecutivas, iniciadas após o término do prazo de carência.	Taxa SELIC, a partir de 07/10/2021.
Quirografários	Créditos até R\$ 500.000,00.	35%	12 meses a partir da data de aprovação do plano de recuperação.	84 parcelas mensais e consecutivas, iniciadas após o término do prazo de carência.	TR + 0,5% a.m., com incidência a partir do ajuizamento da Recuperação Judicial (08/11/2019).
	Créditos superiores a R\$ 500.000,00.	30%	12 meses a partir da data de aprovação do plano de recuperação.	108 parcelas mensais e consecutivas, iniciadas após o término do prazo de carência.	TR + 0,5% a.m., a partir do encerramento do período de carência (08/10/2022).
ME/ EPP	Não há previsão	50%	12 meses a partir da data de aprovação do plano de recuperação.	108 parcelas mensais e consecutivas, iniciadas após o término do prazo de carência.	TR + 0,5% a.m., a partir do encerramento do período de carência (08/10/2022).

5.2. Condições de Pagamento do Plano

Além do quadro-resumo apresentado na página anterior, a Devedora previu a possibilidade de alienação de alguns imóveis de sua propriedade para o pagamento dos credores sujeitos à Recuperação Judicial, conforme quadro abaixo:

IMÓVEL	VALOR DE AVALIAÇÃO	VALOR MÍNIMO DE VENDA	DESTINAÇÃO
14.988	R\$ 2.502.238,56	85% DA AVALIAÇÃO	50% PARA CLASSE I E 50% PARA CLASSE II
15.777	R\$ 2.254.884,66	85% DA AVALIAÇÃO	50% PARA CLASSE I E 50% PARA CLASSE II
12.531 (50%)	R\$ 508.118,21	85% DA AVALIAÇÃO	100% PARA CLASSE I
TOTAL	R\$ 5.265.241,43		






O pagamento deveria ser realizado em até 12 meses da homologação (17/02/2022), com correção dos valores pelo INPC. Caso não concretizada a venda no período elencado, o plano dispõe diretrizes diversas. Nessa hipótese, há previsão de dação em pagamento do imóvel de matrícula n.º 15.777 ao BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE, único credor da classe II e que detém hipoteca sobre o bem, bem como previsão diversa de pagamento dos créditos trabalhistas.

Além disso, não sendo os créditos trabalhistas pagos em até doze meses mediante a venda do imóvel de matrícula n.º 15.777, estes poderão receber seu crédito por meio de dações em pagamento dos imóveis de matrículas n.º 14.988 e 12.531. Não obstante, independentemente do expediente optado, urge assinalar que já se implementou o transcurso do prazo de doze meses para pagamento dos créditos da classe I, violando-se a cláusula “4.1.i” do plano e o caput do art. 54, da LRF.

5.3. Fiscalização do Cumprimento do Plano

Diante do exposto nas páginas anteriores, apresenta-se abaixo as datas previstas para início e término dos pagamentos dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial. **Cabe ressaltar que o prazo previsto para os pagamentos da Classe I sob a luz do PRJ se encerrava em um ano após a concessão da recuperação judicial – isto é, até 17/02/2023. No entanto, até o momento, nenhum pagamento foi realizado.**

Por outro lado, no que se refere ao restante das Classes, os pagamentos deveriam ter iniciado no dia 07 de outubro de 2022 – um ano da aprovação do PRJ em AGC, os quais também não foram pagos até a elaboração deste Relatório.

CLASSES	SUB-CLASSE	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	TÉRMINO DOS PAGAMENTOS	STATUS	CUMPRIMENTO DO PLANO
Classe I - Trabalhista	Não há.	17/02/2022	17/02/2023	Os pagamentos ainda não foram iniciados.	
Classe II – Garantia Real	Não há.	07/10/2022	07/10/2032	Os pagamentos ainda não foram iniciados.	
Classe III – Quirografários	Créditos até R\$ 500.000,00.	07/10/2022	07/10/2029	Os pagamentos ainda não foram iniciados.	
	Créditos superiores a R\$ 500.000,00.	07/10/2022	07/10/2031	Os pagamentos ainda não foram iniciados.	
Classe IV – ME/ EPP	Não há.	07/10/2022	07/10/2031	Os pagamentos ainda não foram iniciados.	

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

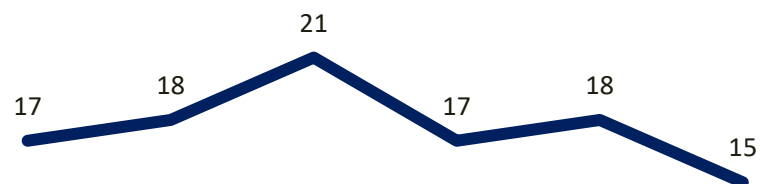
6. Outras Informações

6.1. Quadro Funcional e Resultado

6.1. Quadro Funcional e Resultado

NÚMERO DE COLABORADORES ATIVOS

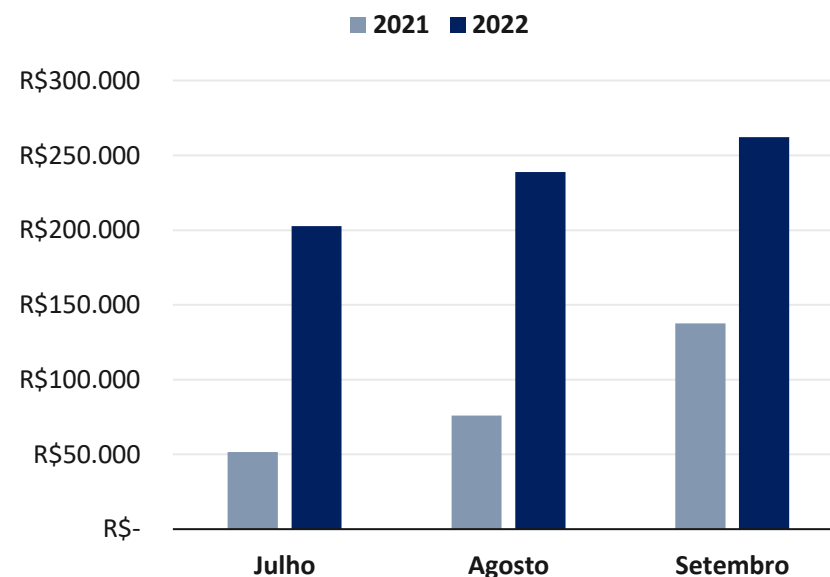
De acordo com as informações disponibilizadas pela Recuperanda no momento da visita, atualmente a Empresa conta com **16 funcionários em seu quadro laboral**. Salientamos a ausência de envio dos relatórios gerenciais pertinentes por parte da Recuperanda desde junho de 2022.



jan/22 fev/22 mar/22 abr/22 mai/22 jun/22

RECEITA LÍQUIDA

A seguir, apresenta-se o gráfico comparativo entre a evolução da **Receita Líquida mensal** auferida pela Devedora nos meses de julho, agosto e setembro de 2022 na comparação com o mesmo período do ano imediatamente anterior:



6.2. Cumprimento das Obrigações

Na qualidade de auxiliar do Juízo, além de manter os credores e demais interessados informados acerca do andamento das atividades das Recuperandas e dos trâmites processuais, um dos papéis da equipe de Administração Judicial é o de fiscalizar o seu trabalho, especialmente no que tange ao cumprimento das obrigações que lhe são impostas pela Lei nº 11.101/2005.

Nesse diapasão, é imprescindível mencionar novamente o atraso na disponibilização dos demonstrativos contábeis dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022, assim como janeiro de 2023. Além disso, nenhum comprovante dos pagamentos previstos no PRJ foi disponibilizado até o momento – mesmo que o prazo para adimplemento da Classe I já tenha sido extrapolado.

Em relação aos **fornecedores**, observa-se que há 53 títulos protestados, conforme consulta realizada pela Administração Judicial no dia 27 de fevereiro de 2023, no site: <https://site.cenprotnacional.org.br/>.

Quanto aos valores de tributos que estão inscritos em dívida ativa, há o montante de R\$ 13.547.864,80, conforme consulta realizada por esta Auxiliar do Juízo no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no dia 27 de fevereiro de 2023.

Quanto aos honorários fixados em favor desta Administração Judicial, destaca-se que a Recuperanda não está honrando mensalmente com o adimplemento dos valores, estando em atraso a importância de R\$ 59.401,62, correspondente às parcelas de junho/2022 a fevereiro/2023.

Diante das informações prestadas, a Administração Judicial requer a juntada deste relatório mensal de atividades, formulado **precipualemente** pelos seguintes profissionais, todos da **equipe permanente** desta auxiliar do Juízo:



Rafael Brizola Marques
Coordenador Geral
OAB/RS 76.787



Miguel Condah Kaghofer
Advogado Corresponsável
OAB/RS 119.030



Felipe Camardelli
Coordenador Contábil
CRA/RS 31.349/O



Daniel Kops
Coordenador Contábil
CRC/RS 96.647/O-9



Geórgya Jacoby
Equipe Contábil
CRC/RS 103.111/O-5

BRIZOLA E JAPUR
Administração Judicial

